

3  
1 **CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CEAS/PR**  
2 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM**  
3 **25 DE FEVEREIRO DE 2011**  
4

5 Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e onze, no auditório  
6 da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, às 08:30  
7 horas em primeira convocação e às 09:00 horas com qualquer número de  
8 Conselheiros, reuniram-se em Assembléia Ordinária os integrantes do Conselho  
9 Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, previamente convocados. Nessa ocasião  
10 estiveram presentes **Representantes Governamentais:** Ana Maria Macedo  
11 (Secretaria de Estado da Criança e Juventude – SECJ); Cláudia Picolo (Procuradoria  
12 Geral do Estado – PGE); Carolina Kummer Trevisan (Procuradoria Geral do Estado –  
13 PGE); Vania Bastos Cercal (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação  
14 Geral – SEPL); Kharin Bevervanço (Secretaria de Estado da Agricultura e  
15 Abastecimento – SEAB); Nayse Mary Alves Zétola (Secretaria de Estado da Ciência,  
16 Tecnologia e Ensino Superior – SETI); Tânia Mara Domingues (Secretaria de Estado  
17 da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI); Lucimeri Sampaio Bezerra  
18 (Secretaria da Política Habitacional – COHAPAR); Soraya Sehli (Secretaria de Estado  
19 da Saúde – SESA); Rosely Lemos Schinemann (Secretaria de Estado do Trabalho,  
20 Emprego e Promoção Social – SETP); Rosana Aparecida Dias de Macedo (Secretaria  
21 de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Márcia Beatriz Bühner  
22 (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Carmen  
23 Cristina Pereira Zadra (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção  
24 Social – SETP); Maria Leonor Zanella (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e  
25 Promoção Social – SETP); Nircélio Zobot (Secretaria de Estado do Trabalho,  
26 Emprego e Promoção Social – SETP). **Representantes da Sociedade Civil**  
27 **Organizada:** Pedro Lirio Hofmann (Associação de Moradores de Encantado do  
28 Oeste); Cássia Fernanda Mercúrio (Aldeias Infantis SOS); Maria Victoria da Cruz  
29 (Pastoral da Criança); Patrick James Reason (Associação Assoc. Beneficente  
30 Encontro com Deus); Mara Julci de Freitas Baran (Conselho Regional de Psicologia –  
31 CRP-08); Maria Cecília Monteiro Fantin (Conselho Regional de Psicologia – Pato  
32 Branco); Cristina Zehr (Associação Beneficente das Senhoras de Entre Rios); Ronan  
33 César da Silva (Associação Pró-Amor de Deficientes Físicos de Irati); Teresinha Maria  
34 Pereira Mariano (CRESS – 11ª Região); Edenilce de Fátima do Nascimento Lima  
35 (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Esperança); Ana Cristina  
36 Duda (Associação Ministério Melhor Viver – Ponta Grossa); Elenir Ruiz Bonfim  
37 Schuchardt (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE/Iporã); Ozimara  
38 Ferreira de Mello (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE/São  
39 Sebastião). A abertura da reunião deu-se através da Vice-Presidente, Conselheira  
40 Edenilce de Fátima do Nascimento Lima, representante do SISMUNE, que a todos  
41 deu as boas vindas, convidando em seguida o plenário a homenagear a Assistente  
42 Social Denise Arruda Colin, antiga servidora da SETP/PR que assumiu recentemente  
43 a Secretaria Nacional de Assistência Social, junto ao MDS em Brasília. A paranaense  
44 que foi alçada a tão importante posto, fez parte do CEAS/PR como Conselheira,  
45 presidindo esse Colegiado e uma técnica de extrema competência que muito bem  
46 defendeu a Política de Assistência Social no Estado do Paraná. Para sua Chefia de  
47 Gabinete contará com o conhecimento e contribuição de Ironi Camargo, também  
48 Conselheira do CEAS/PR. Para tanto, sugeriu-se o encaminhamento de ofício do  
49 CEAS/PR dirigido à Sra. Secretária Nacional de Assistência Social, Denise Arruda  
50 Colin, pela sua indicação a esse importante cargo. O Conselheiro Ronan convidou os  
51 demais Conselheiros a observarem com muito critério o tempo, cumprindo os  
52 horários de início e término da plenária. Lembrou o Conselheiro Pedro que é  
53 necessário que conste em ata a solicitação do plenário, no sentido de que a SETP

54efetue o pagamento de todas as despesas dos Conselheiros, desde o seu local de  
55origem (passagens em trechos intermediários e alimentação em trânsito). A  
56Conselheira Cássia julgou oportuno incluir na pauta o posicionamento da Sociedade  
57Civil, em relação ao não ressarcimento das suas passagens. Aguarda-se uma  
58definição da SETP sobre o assunto, antes dos relatórios das Comissões. APROVADA  
59a pauta. Visando um ordenamento nas falas dos Conselheiros, estipulou-se um  
60limite de 2 minutos para cada exposição. Início da plenária às 13:30 horas,  
61finalizando às 17:00 horas. APROVADO. **Apreciação da Ata anterior.** Após as  
62correções apontadas pelos Conselheiros, a ata foi considerada APROVADA.  
63**Informes da Secretaria Executiva.** Manifestou-se a Conselheira Ana Maria  
64Macedo, representante da SECJ, sugerindo que brevemente seja indicado outro  
65Conselheiro, para representar o CEAS/PR junto ao CEDCA na Comissão Intersetorial  
66de Convivência Familiar e Comunitária. Seguindo, os Conselheiros julgaram  
67oportuno rever a situação dos representantes de Foz do Iguaçu e Ribeirão Claro,  
68ausentes há bastante tempo das Assembléias. Na seqüência, a Conselheira Cássia  
69buscou esclarecer a situação de prejuízo financeiro que os Conselheiros vem  
70enfrentando, uma vez que o ressarcimento dos táxis da viagem a Foz do Iguaçu  
71ainda não aconteceu, o que não ocorrerá também nesta. Esclareceu que os  
72Conselheiros, na verdade, estão emprestando dinheiro ao Governo do Estado,  
73quando estão executando um trabalho voluntário. Disse que os Conselheiros  
74merecem o devido respeito pela ação meritória que desempenham, além do que  
75exige-se o cumprimento de uma Lei que respalda o pagamento dessas despesas.  
76Ao ser questionada a prestar o esclarecimento sobre o assunto, a Secretária  
77Executiva dos Conselhos, Regina Costa, considerou não ser da sua competência  
78abordar tais justificativas que, na verdade, deverão ser prestadas pela Diretoria  
79Geral ou Assessoria Jurídica. Constatou-se que nesse momento fez-se presente no  
80Plenário a Sra. Miriam, assessora do Sr. Diretor Geral da SETP, Dr. Iram de Resende.  
81Ela esteve presente na reunião plenária, com a incumbência de atender o  
82chamamento do colegiado, no que se refere ao pagamento das já referidas  
83despesas. Foi citado primeiramente pela Conselheira Mara Baran que os  
84Conselheiros reivindicam o aspecto legal do processo da sua vinda, com  
85deslocamento de casa até o retorno, com todas as despesas pagas. Assumindo o  
86seu papel, a Sra. Miriam informou que é realizada uma cotação de preços para a  
87hospedagem e passagens. A sistemática anteriormente era efetuada através de  
88cartão corporativo porém, o Tribunal de Contas considerou irregular – o correto é  
89através de empenho. A nova Inspeção apresentou-se nesta semana na SETP, até  
90por uma questão de respeito ao Conselho, pretende-se fazer tudo em consonância  
91com o Tribunal de Contas, incluindo os táxis. Questionou o Conselheiro Ronan o  
92motivo de haver uma diferenciação entre o segmento governamental e a sociedade  
93civil, se o Estado é o mesmo. A assessora da Diretoria Geral esclareceu dizendo que  
94os Conselheiros Governamentais são servidores do Estado e para eles existe uma  
95legislação específica, com determinada sistemática. Mantendo sua posição a  
96Conselheira Cássia assegurou não estar compreendendo essa situação, como  
97poderia acontecer uma Assembléia Extraordinária sem haver previsão  
98orçamentária? Portanto, a logística dessa convocação foi totalmente falha. A Sra.  
99Miriam expôs estar entendendo essa angústia: a Diretoria Geral tinha conhecimento  
100desse agendamento e a SECJ manifestou-se a favor de realizar a reunião.  
101Desculpou-se em nome da SETP, informando que tudo exige um custo e todos estão  
102pagando o preço desse avanço. Foi a vez da representante do Ministério Público  
103Sandra Mancino, sugerir que se pesquise junto ao Governo Federal um outro modo  
104de operar nessas situações, a exemplo do depósito em conta. Sabe-se que essa  
105história se repete no início e no fim dos governos. A Conselheira Elenir questionou  
106sobre a previsão do repasse do dinheiro referente às passagens já adquiridas pelos

107Conselheiros, obtendo a garantia de que a servidora Sônia, do Departamento  
108Financeiro se faria presente à tarde para repassar as informações. Já a Conselheira  
109Mara reforçou que na sua interpretação, na hora da paridade todos são iguais  
110porém para a Sociedade Civil existem restrições. Ouviu-se a Conselheira Ana Maria  
111Macedo (SECJ), esclarecendo que o grupo governamental é constituído por  
112funcionários; esses não recebem diárias, nem alimentação. Garantiu não concordar  
113que alguém viaje sem dinheiro. Assim, seria plausível aguardar as informações  
114 finais. Informou a Conselheira Vice-Presidente ter havido uma reunião  
115descentralizada a nível nacional e o representante da Sociedade Civil não pôde  
116comparecer, por falta de subsídios financeiros da SETP. Afirmou a Conselheira  
117Cássia que o Conselho não deseja explicações e sim uma urgente solução. Dando  
118seqüência, a Conselheira Cássia motivou todos os Conselheiros a abordarem a  
119discussão referente ao repasse de recursos às entidades. Foi a vez da Conselheira  
120Ana Cristina informar sobre o pagamento dos Convênios ao Pequeno Cotelengo e  
121Aconchego, para os quais houve renovação, o que não ocorreu com as outras três  
122entidades. O impasse precisa ser resolvido. Confirmou a Conselheira Rosely,  
123informando que para 2011 realmente não existem convênios para essas outras três  
124entidades. Hoje, a única solução é elaborar um plano com recursos para 6 meses,  
125com um agravante: não se tem certeza de que os recursos do Detran/PR  
126permaneçam na SETP. Considerou o Conselheiro Patrick que atualmente encara-se  
127um momento duro, porém com a existência de avanços. Um corte de 70% nos  
128recursos é considerado brutal. Vem pela frente a junção das duas Secretarias de  
129Estado, mas é preciso lembrar que pelo menos dois milhões desses quatro foram  
130destinados para emendas parlamentares. É desejo de todos que os recursos do  
131Detran permaneçam no FEAS, não retornando para o Provopar. Manifestou-se a  
132Conselheira Carolina (Procuradoria Geral do Estado) dizendo que, na verdade, é  
133uma preocupação a ausência de convênios com entidades. Não pagar é um ponto  
134negativo para o Estado. Pensando num trabalho organizado, nesses seis meses  
135seria melhor pagar o que tem de pagar. Entre algumas ponderações, apresentaram-  
136se algumas propostas: Conselheira Maria Cecília – estabelecer convênio com as 3  
137entidades pelo período de 6 meses (janeiro a junho/2011) sendo janeiro, fevereiro e  
138março através da Fonte 257 e os demais através da Fonte 100. Os estudos  
139deveriam continuar sobre a adequação das atividades pela Coordenadoria de  
140Proteção Especial, incluindo visitas “in loco”. Esclareceu a Conselheira Rosely que  
141os convênios solicitados são novos, a partir de 2011, pois até dezembro todos  
142receberam. Para o processo de votação, verificou-se a totalidade de Conselheiros  
143presentes, concluindo: 7 titulares – 3 suplentes – sociedade civil 12. Em votação a  
144proposta apresentada: APROVADO por unanimidade (22 votos), Conselheira Maria  
145Cecília – 2ª proposta. O Conselheiro Patrick voltou a pontuar a manutenção dos  
146recursos do Detran e foi seguido pela Conselheira Ana Maria Macedo que veio a  
147sugerir: - dirigir um documento ao Secretário de Estado do Trabalho, Deputado Luiz  
148Cláudio Romanelli, com cópia para o Governador do Estado do Paraná, Senhor  
149Carlos Alberto Richa e Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social,  
150Fernanda Bernardi Vieira Richa. Propôs a Conselheira Cássia que seja colocado o  
151documento ao Secretário, passível de votação e constante em ata. A todos causou  
152contrariedade o corte havido no orçamento e o fato dos deputados se apropriarem  
153desses recursos para suas emendas. A Assistente Social Sandra Mancino,  
154representante do Ministério Público, interpretou que não é aceitável os deputados  
155tomarem decisões sobre a Assistência Social, tarefa essa que cabe ao Conselho. A  
156representante da PGE, Conselheira Carolina, esclareceu que o executivo encaminha  
157uma proposta orçamentária para o legislativo e tudo é feito em consonância com a  
158Secretaria de Estado da Fazenda que tem os dados financeiros da arrecadação. A  
159competência é da Assembléia Legislativa. As falas foram interrompidas pelo

160 cidadão Carlos Lima que se fazia presente como observador. Posicionou-se  
161 informando que emenda parlamentar é sinônimo de interesse pessoal. O Conselho  
162 é deliberativo e o Governo e Secretaria devem seguir as suas deliberações.  
163 Segundo a Conselheira Carmen (SETP), à partir de junho não será mais possível  
164 pagar os abrigos e na SETP, pois já começam a chegar emendas parlamentares  
165 para doações. Questionou a Conselheira Ana Cristina: qual a legalidade? As  
166 emendas dos vereadores destinadas às instituições, passam pelo CMAS? Segundo a  
167 Conselheira Cássia a autonomia que se tem é sobre o recurso que está no Fundo.  
168 Sugeriu que se tenha uma audiência com o Governador e os integrantes da  
169 Comissão de Financiamento e mais a Secretaria competente. O Chefe do Executivo  
170 deverá entender que emendas parlamentares oneram o Fundo. Foi a vez da  
171 Conselheira Edenilce (Vice-Presidente) parabenizar as colocações de Sandra  
172 Mancino e Carlos Lima. Desde 2003 já se luta para acabar com as emendas  
173 parlamentares. Sugeriu que se elabore um convite, para que um representante da  
174 OAB participe das Assembléias do CEAS/PR, como colaborador para a retirada de  
175 dúvidas no que tange à temática em questão. A Conselheira representante da  
176 Secretaria de Estado do Planejamento, propôs trazer um técnico especializado em  
177 orçamento para a próxima Assembléia. A Conselheira Ana Maria Macedo  
178 manifestou-se informou sobre a retirada de sua proposta em favor daquela  
179 apresentada pela Conselheira Vânia. O raciocínio foi completado pela representante  
180 do Ministério Público, Sandra Mancino, que concordou pela presença de um técnico  
181 na próxima Assembléia. O cidadão Carlos Lima disse acreditar ser necessário  
182 esclarecer o papel e a competência deste Conselho junto a esfera jurídica. A  
183 proposta de elaborar e enviar ofício para os Secretários Romanelli (SETP) e  
184 Fernanda Richa (SECJ) e Governador foi colocada em apreciação. Em votação:  
185 proposta APROVADA por unanimidade. Outra proposta foi expedir um convite para a  
186 OAB para uma fala abordando o Fundo Estadual e emendas parlamentares.  
187 Proposta APROVADA. **Relatório das Comissões. Comissão de Articulação e**  
188 **Mobilização.** Relator: Conselheiro Ronan. Elaboração de Resolução CEAS/PR. O  
189 CEAS resolve: Conforme atribuição da Comissão de Comunicação, Articulação e  
190 Mobilização a obrigatoriedade da criação de correio eletrônico específico do CMAS  
191 para publicização desse Conselho (CEAS), CMAS e demais órgãos afins. Com relação  
192 a representação no que tange a Frente Parlamentar propõe: A – Que a Frente  
193 Parlamentar permaneça como esta, desde que possa ter a mesma estrutura das  
194 outras Comissões e mobilizado pela Secretaria Executiva com convites para que os  
195 outros representantes participem no horário das 16h00 às 17h00 do primeiro dia da  
196 Assembléia (Sindicato, APP, CRP, CRESS e afins). **B** – Que a Frente Parlamentar seja  
197 absorvida por esta comissão: pontuamos assim, os membros das Comissões  
198 Financiamento/Políticas não migrarão para esta Comissão, assim absorveremos  
199 uma demanda de trabalho com o mesmo número de componentes e por tratar-se  
200 de ano de Conferências vamos necessitar de reforço para deliberações e não de  
201 mais tarefas. **C** – Que a Frente Parlamentar funcione como as demais Comissões, no  
202 mesmo horário e com o mesmo apoio da Secretaria Executiva. Por votação em  
203 Plenário ficou aprovada a 1ª proposta – Com relação a representação dos  
204 Conselheiros no acompanhamento dos Conselhos Municipais, esta Comissão  
205 entende que é necessário primeiramente a divulgação dos resultados do  
206 monitoramento, em posse desta informação, visualizado a quantidade de CMAS  
207 com dificuldades e que careçam de orientações, supervisões/fiscalização, para  
208 posteriormente designar representantes do CEAS. Acreditou-se porém que a melhor  
209 eficácia do trabalho se dará quando o referido acompanhamento for efetuado por  
210 um representante do CEAS, que não corresponda a sua regional de origem. Pontos  
211 segundo Conselheiro Nircélio: - reforçar a representação do CEAS na Frente  
212 Parlamentar; - alteração permitirá a comissão passar de provisória para caráter

213 permanente, ampliando a mobilização política. Em votação a elaboração de  
214 Resolução objetivando criar Correio Eletrônico para os CMAS. Proposta **APROVADA**.  
215 Nesse momento os Conselheiros se empenharam numa discussão referente ao  
216 desempenho da Comissão da Frente Parlamentar e daí surgiram três propostas: 1ª  
217 proposta – a Comissão permanece como está e é convocada pela Secretaria  
218 Executiva; 2ª proposta – a referida Comissão seria absorvida pela Comissão de  
219 Articulação e Mobilização; 3ª proposta – a Comissão teria o mesmo status das  
220 demais e atuaria no mesmo horário das outras. Foram colocadas para votação as  
221 três propostas, onde foi **APROVADA** a 1ª proposta (16 votos) com horário da  
222 Comissão acontecer das 16h às 17h no 1º dia das Atividades das Comissões. A 2ª  
223 proposta teve 1 voto e a 3ª proposta teve 5 votos. Ouviu-se do Conselheiro Ronan  
224 que após o resultado do monitoramento, foi detectada uma situação na sua  
225 Regional e concluiu que para não ocorrer atritos e evitar desgastes políticos, seria  
226 positivo proceder a inversão dos Conselheiros, situação descartada tendo em vista  
227 os inúmeros afazeres que todos possuem. A Conselheira Cristina disse ficar  
228 comprovada a necessidade premente de viabilizar o Correio Eletrônico para os  
229 CMAS. Lembrou a Conselheira Ana Maria que o CEAS não tem ingerência sobre os  
230 CMAS pois são duas instâncias autônomas. Foi citado pelo Conselheiro Pedro que a  
231 viabilidade seria: cada Conselheiro deveria fiscalizar a sua própria Regional.  
232 **Comissão Financiamento e Gerenciamento do Fundo**. A primeira pauta foi  
233 colocada pela Rosely com relação aos 05 convênios da alta complexidade. Feito  
234 análise da tabela apresentada pela Técnica da SETP, sendo que o contrato com o  
235 Pequeno Aconchego está assinado até junho de 2011, e o convênio com o Pequeno  
236 Cotolengo foi assinado em novembro de 2010, com outras três entidades (Lar dos  
237 Idosos Recanto Tarumã, Asilo São Vicente e APAE Casas Lares) não foi assinado,  
238 sendo que após moratória de 90 dias decretada pelo Governo Estadual liberou os  
239 pagamentos em 29/12/2010. O importante é que todas as entidades continuam  
240 com a prestação de serviços em 2011 e assim a SETP fez a proposta de:-  
241 Estabelecer convênio com essas 3 entidades pelo período de 6 meses (até junho de  
242 2011); - Fazer o pagamento para as 5 entidades referentes aos meses de janeiro,  
243 fevereiro, e março – Fonte 257 – Detran/PR; - Nos demais meses, fazer aporte com a  
244 Fonte 100; - Nesse período (até julho) promover a análise minuciosa dos convênios,  
245 no sentido de adequar à tipificação dos serviços e demais normativas do SUAS.  
246 Promover a visita “in loco” nas entidades, podendo ser formada uma Comissão por  
247 Conselheiros e equipe técnica da SETP e SESA; - Retomar o termo de cooperação  
248 técnica com o Conselho Estadual da Saúde e Educação com vistas a previsão  
249 orçamentária daquelas políticas. Orçamento Temático: Item não aprovado pela  
250 SEPL, então não cabe a discussão no momento. Instrução Normativa: Comissão  
251 solicita adiamento da discussão tendo em vista o reordenamento da estrutura e  
252 ações das secretarias que estão em fase de mudança. Reprogramação do saldo do  
253 FEAS: será ponto de pauta na próxima Assembléia. IGDE – Índice de Gestão  
254 Descentralizada – Programa Bolsa Família: Lógica no PR – aprovação e prestação de  
255 contas. Hoje o MDS pede aprovação por Resolução do CEAS da prestação de contas.  
256 Relatório **APROVADO** por unanimidade. **Comissão de Documentação e**  
257 **Cadastro**. Relatora: Conselheira Cristiane Meyer. Foi realizado o repasse da  
258 reunião realizada com a SETP, Copel e Sanepar no que tange ao cadastro de  
259 entidades da SETP/PR. Nessa reunião, foi pontuada a possibilidade de que a Copel e  
260 Sanepar aceitem a certificação (CEBAS) das entidades emitida pelos Ministérios  
261 (saúde, educação e assistência social) para a concessão dos benefícios (desconto  
262 nas tarifas). Nesse momento, as instituições (Copel e Sanepar) aceitaram essa  
263 possibilidade, sem nenhuma restrição. Porém, solicitaram um documento formal da  
264 SETP/PR sobre a possibilidade de extinção do cadastro para poderem estabelecer os  
265 novos fluxos. A Comissão entendeu que, antes de emitir algum documento aos

266 Conselhos de Educação e Saúde orientando sobre os novos fluxos de cadastro de  
267 entidade da SETP/PR, para que essas instâncias também se organizem no âmbito  
268 municipal para inscrição das entidades e condição essencial para pleito nos  
269 Ministérios, deve-se aguardar um posicionamento oficial do Secretário do Trabalho  
270 ou Secretária da Família e Desenvolvimento Social sobre o futuro do cadastro de  
271 entidades da SETP, considerando o posicionamento da Copel e Sanepar. Retorno do  
272 CRESS sobre a Casa de Repouso Recanto Feliz: O CRESS/11ª Região colocou que foi  
273 realizado contato telefônico na referida instituição e informaram que no momento,  
274 a Casa está sem assistente social e assim que esse profissional for contratado, o  
275 CRESS realizará visita para averiguar o trabalho institucional do profissional em  
276 questão. Retorno do CRP sobre a Casa de Repouso Recanto Feliz: O CRP  
277 encaminhou ofício colocando que o psicólogo que trabalha na referida instituição  
278 atua apenas como coordenador e não, como psicólogo. Sobre o retorno desses dois  
279 Conselhos de Categoria, a Comissão entende que deve ser encaminhado Ofício ao  
280 CMAS de São José dos Pinhais, considerando a nova localização da instituição, para  
281 que esse órgão fiscalize o funcionamento da entidade, bem como serviços  
282 prestados e equipe técnica. Comissão de Acompanhamento dos Conselhos  
283 Municipais: A Comissão de Cadastro discutiu e propõe uma estratégia de ação da  
284 Comissão de Acompanhamento do CMAS. Essa Comissão, terá como atribuição  
285 avaliar os resultados do monitoramento no eixo Controle Social, para definir quais  
286 municípios que serão acompanhados para a elaboração de orientações, notas  
287 técnicas, ofícios diretamente ao município para adequação das irregularidades e  
288 pendências identificadas. No caso em que seja averiguada a necessidade de visita  
289 no município, o Conselheiro da Sociedade Civil da região, será acionado para  
290 acompanhar os técnicos do Escritório Regional (caso haja garantia de reembolso  
291 das despesas) e devolutiva ao CEAS. Relatório **APROVADO** por unanimidade.  
292 **Comissão de Políticas Sociais Básicas**. Relatora: Conselheira Cássia. Plano de  
293 ação 2010: O Conselheiro Nircélio fez considerações sobre IGDM e IGDE e sua  
294 importância na gestão do programa bolsa família, destacando a extrema  
295 importância também das políticas de saúde e educação como co-autores deste  
296 processo de transformação social. Fez considerações sobre a variação destes  
297 indicadores e a variável do repasse de recurso em função disso. Foi apresentado o  
298 Plano de ação 2010 e a proposição de que a comissão intersectorial (educação,  
299 saúde, assistência social, trabalho e planejamento) avaliem o plano 2010 e  
300 proponham um novo plano 2011, que deverão ser apresentadas na próxima  
301 reunião desta comissão e submetido à assembléia ordinária. Prestação de contas: a  
302 Conselheira Carmen fez uma explicação sobre a prestação de contas referente ao  
303 recurso do IGDE 2010. Caso Rio Bom: Reiteramos a decisão da COMISSAO  
304 INTERGESTORA BIPARTITE - CIB/PR, que concedeu mais 180 (cento e oitenta dias)  
305 para que o município faça as readequações referentes à gestão municipal da  
306 política de assistência social e referenda que prazos pactuados nessa instância e  
307 pela CIT no que tange a implantação do CRAS. Encaminhamento: Remeter ofício à  
308 CIB com cópia do ofício do MDS datado de 07 de janeiro de 2011, que dispõe que a  
309 possibilidade de prorrogação de prazo pra implantação dos CRAS deve ser pactuado  
310 na CIT. Caso Rio Branco do Ivaí: Leitura do ofício do Ministério Público que relatou  
311 ter encaminhado para a Comarca de Grandes rios, a qual pertence o município de  
312 Rio Branco do Ivaí. Remeta-se ofício solicitando confirmação do recebimento, bem  
313 como as providencias que já foram tomadas. Relatório APROVADO por  
314 unanimidade. Em seguida foi proposta a Criação das Comissão para a revisão da Lei  
315 de Criação do CEAS/PR e Organização da IX Conferência Estadual de Assistência  
316 Social. O Funcionamento dessas Comissões funcionarão das 16:00 às 17:00 horas  
317 no dia em se realiza os trabalhos das Comissões do CEAS/PR. Seguindo, a  
318 Conselheira Vice-Presidente Edenilce, concitou a todos para com brevidade

43  
44  
45

319constituir a Comissão de Organização da IX Conferência Estadual de Assistência  
320Social, junto com a Frente Parlamentar. Conselheiros Governamentais, Rosely.  
321Nicéia, Conselheiros da Sociedade Civil: Ana Cristina, Cássia e Ozimara. Comissão  
322APROVADA. Comissão de revisão e estudos da Lei de Criação do CEAS: Conselheiros  
323Governamentais: Carmen, Soraya. Conselheiros da Sociedade Civil: Maria Cecília,  
324Cristina, Elenir e Ronan. Os outros conselheiros governamentais serão indicados  
325posteriormente para que as comissões fiquem paritárias. Comissões **APROVADAS**.  
326Nesse momento, o plenário recebeu a visita da Coordenadora de Desenvolvimento  
327Integrado da SETP, Sra. Márcia Beatriz Buhner que apresentou-se ao Conselho com  
328a incumbência de prestar esclarecimentos sobre o ressarcimento das passagens  
329dos Conselheiros. Informou que os depósitos serão em conta, conforme  
330determinação do Setor Financeiro, mediante novas orientações do Tribunal de  
331Contas. São procedimentos novos, mas com tempo hábil para as devidas  
332adequações. **Informes Gerais:** Capacitação realizada no ano de 2010 e  
333organizada pelo MDS destinada aos conselheiros municipais e instância de controle  
334social do Bolsa Família: passada a relação dos Municípios que não realizaram  
335(Quatro Barras, Realeza, Céu Azul, Siqueira Campos e Pato Branco) – Enviar Ofício  
336aos municípios suscitando a importância de participação nessas capacitações, com  
337cópia do Ofício ao Ministério Público para acompanhamento. Fórum Nacional dos  
338Conselhos Estaduais – FONACEAS dias 23, 24 e 25/03 em João Pessoa. Diante do  
339questionamento se haveriam recursos para a Sociedade Civil, foi proposto pela  
340Conselheira Ana Maria prever essa participação no orçamento de 2012. Sua  
341presença estará garantida, porém não estará representando o Conselho. Sugestão  
342APROVADA por maioria. Proposta 2 – Inserir no orçamento para 2012 a participação  
343do CEAS/PR (com recurso do IGDE). **Demais Encaminhamentos:** 1) Notificar as  
344pessoas que possuem 3 faltas nas reuniões plenárias do Conselho e contatar suas  
345entidades; 2) Aprovada as datas da próxima Assembléia 21 e 22/03;  
346**Encerramento:** A Vice-Presidente Edenilce agradeceu a presença dos Conselheiros  
347e demais convidados, encerrando a Assembléia ordinária e desejando a todos um  
348bom retorno. A presente ata foi digitada por Willian Binhara, e lavrada por mim,  
349Regina Amasiles Rodrigues Costa, (Secretária Executiva dos Conselhos). Depois de  
350lida aprovada, será anexada a cópia da lista assinada pelos Conselheiros presentes  
351nessa reunião.

352  
353

46  
47  
48  
49